



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12689 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

AS REDES SOCIAIS DO SETOR BANCÁRIO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Karine Vichiatt Morgan - UERJ - FEBF - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Marcelo Mocarzel - UCP - Universidade Católica de Petrópolis

AS REDES SOCIAIS DO SETOR BANCÁRIO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Resumo: A presente pesquisa objetivou analisar as correlações de força existentes entre as redes públicas da educação brasileira em todas as suas esferas e as fundações e institutos do setor bancário brasileiro. Foi analisado o papel da Responsabilidade Social Empresarial como motor dessa aproximação. Como metodologia, foi utilizada a abordagem de Análise de Redes Sociais (ARS), em que foram mapeados os nós e elos relacionais dessa rede, na qual foram identificados 99 sujeitos e 410 elos relacionais originados de apenas três braços sociais de dois bancos privados brasileiros. Como resultados, identificou-se a alta densidade da rede, sua capilaridade, e seu funcionamento orgânico em torno de pautas comuns, mesmo se tratando de empresas concorrentes.

Palavras-chave: Privatização da educação. Responsabilidade Social Empresarial. Análise de Redes Sociais.

Introdução

A pesquisa sobre os processos de privatização da educação pública tem ganhado destaque e ampliado seu alcance nos últimos anos. Diversos pesquisadores (Adrião, 2018; Tripodi e Sousa, 2018; Croso e Magalhães, 2016; Macedo e Motta, 2019; Morgan e Mocarzel, 2021) têm se debruçado recorrentemente sobre a temática, originando, inclusive, com a produção de dissertações e teses, aprofundando o debate no campo e ensejando novas

perspectivas analíticas.

Para além das ações propriamente ditas, que se inserem na educação pública sob forma, inclusive, de programas, políticas e ‘parcerias’, há a privatização das formas de organização, gestão e funcionamento interno das instituições educativas calcadas na disseminação de um discurso que se pretende hegemônico, com o objetivo de capturar as “almas pela liturgia da palavra” (Shiroma, Garcia e Campos, 2011. p. 222). Esta conversão envolve gestores, funcionários, docentes e o convencimento da sociedade civil em torno de determinadas premissas ligadas à Nova Gestão Pública (NGP)^[1] e ao que Freitas (2014, p. 1093) tem chamado de neotecnicismo educacional, cujo objetivo é “padronizar, avaliar e controlar o processo pedagógico da escola”.

Neste contexto, compreendendo a privatização como um processo amplo, um relevante elemento se coloca: a chamada Responsabilidade Social Empresarial (RSE) tem crescido em importância no cenário empresarial globalizado.

Segundo Cajazeira (2009), há um movimento mundial vigoroso que envolve empresas, organizações não governamentais e entidades empresariais, muitas delas ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU). Ainda segundo o autor, pode-se atestar a relevância de tal movimento por meio da construção de uma normatização de responsabilidade empresarial pela mais importante entidade de normalização do mundo atual, a *International Organization for Standardization* (ISO).

O objetivo desta pesquisa foi analisar as correlações de força existentes entre as redes públicas da educação brasileira em todas as suas esferas e as fundações de três organizações sem fins lucrativos do setor bancário brasileiro: Instituto Unibanco (IU) e Fundação Itaú Social (FIS), ligadas ao Banco Itaú Unibanco e a Fundação Bradesco (FB), ligada ao Banco Bradesco. Como metodologia, foi utilizada a abordagem de Análise de Redes Sociais (ARS), em que foram mapeados os nós e elos relacionais dessa rede.

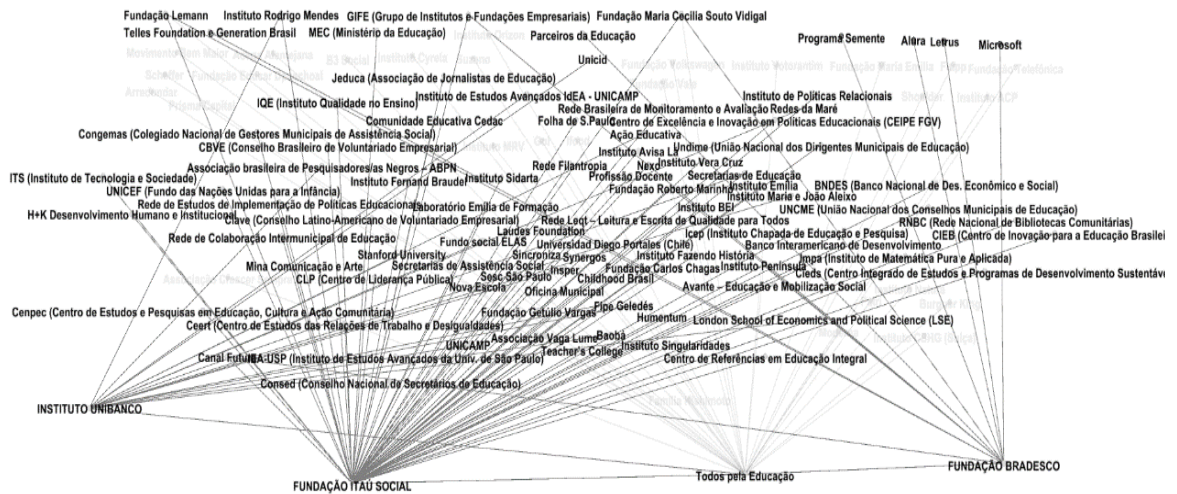
De modo mais assertivo, Souza e Quandt (2008, p. 31) afirmam que a ARS “é uma ferramenta metodológica de origem multidisciplinar [...] cuja principal vantagem é a possibilidade de formalização gráfica e quantitativa de conceitos abstraídos a partir de processos característicos da realidade social”.

Seguindo tal perspectiva, a partir dessa ferramenta, identifica-se como possível analisar, de forma gráfica, e ao mesmo tempo, qualitativa as relações entre os atores que estão inseridos em uma determinada rede.

Análise e Discussão de Resultados

Delimitados os limites e alcance da pesquisa, metodologicamente, em um primeiro momento, inseriu-se na base de dados apenas as parcerias elencadas nas páginas virtuais das três organizações. Foram encontrados 99 nós iniciais.^[2]

Grafo 1: Parcerias diretas do Instituto Unibanco, da Fundação Itaú Social e da Fundação Bradesco

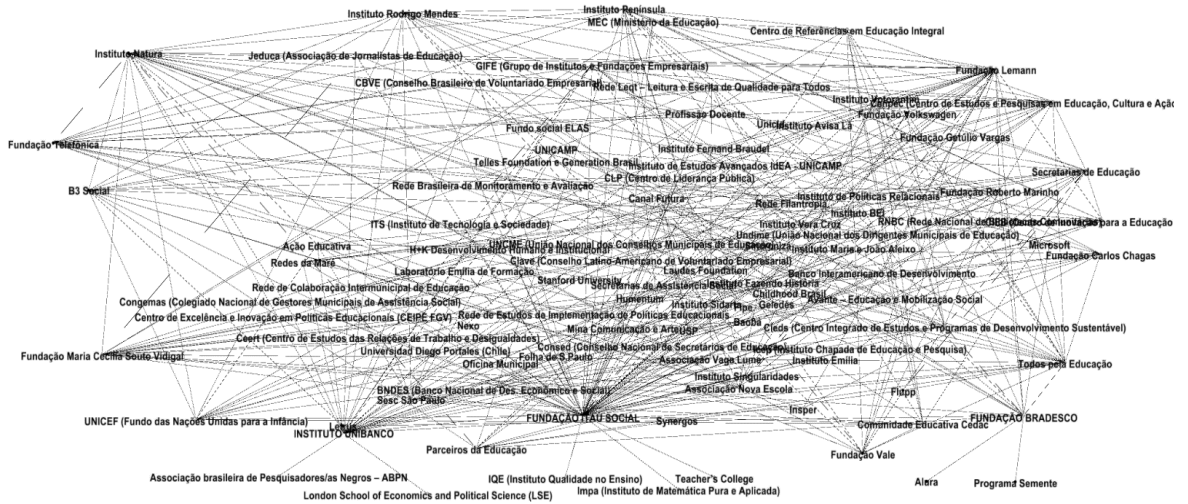


Fonte: elaborado pelos autores

Pode-se perceber, em análise ao Grafo 1 que a Fundação Itaú Social possui maior quantidade de parceiros diretos, totalizando 72 nós a ela relacionados. O Instituto Unibanco possui 32 e a Fundação Bradesco, 17 nós.

Em seguida, foram adicionados os elos relacionais entre as entidades parceiras, encontradas nas páginas virtuais de cada um dos 99 nós da rede. Os elos relacionais (ou arestas) demonstraram uma complexa teia de interrelações que derivou em 410 arestas. Em outras palavras: a rede ora demonstrada é composta por 410 relações institucionais recíprocas entre os sujeitos coletivos que compõem a rede social que fora iniciada por apenas três braços sociais de dois bancos privados brasileiros.

Grafo 2: Elos relacionais dos parceiros diretos do Instituto Unibanco, da Fundação Itaú Social e da Fundação Bradesco

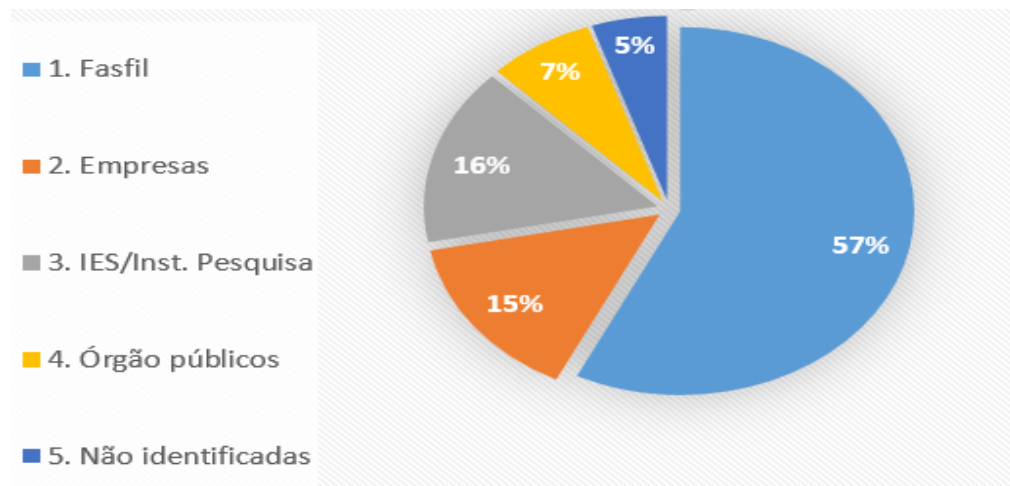


Fonte: elaborado pelos autores

Ao analisarmos os nós com maior densidade, aqueles que possuem maior capacidade de capilarização, a maioria configura-se enquanto instituto, fundação ou organização não governamental sem fins lucrativos, cuja natureza jurídica mais incidente é Associação Privada. O Gráfico 3 demonstra, no entanto, a pluralidade de sujeitos coletivos integrantes desta rede ^[3]. Cada tipo de organização pode ter uma ou mais funções dentro da rede, desde a replicação/disseminação de conteúdo, passando pela organização de eventos, até ações mais refinadas e com maior necessidade de organicidade como o financiamento de outros projetos, o *advocacy* ^[4] e a idealização e/ou execução de programas, políticas ou formação dos profissionais da educação com abrangência nacional.

Dentre as categorizadas como empresas, constam consultorias educativas ou consultorias específicas para o terceiro setor, sistemas de ensino privados, imprensa e bancos.

Segundo Ball (2014, 34), os agentes aqui elencados – empresas, agências multilaterais, ONG *etc.* “podem constituir, separadamente ou em conjunto, uma poderosa alternativa para o “fracasso” do Estado”, e por meio destas redes e suas ações têm a potência de disseminar e legitimar conhecimentos, influenciando, em última instância, a construção de políticas educativas locais que garantam a hegemonia de suas premissas no que tange à organização e ao funcionamento estatal.

Gráfico 1: Classificação dos nós da rede

Fonte: elaborado pelos autores

Pode-se observar também, a partir da imagem da rede, agrupamentos de nós e elos relacionais (*clusters*) de grande alcance, cujas relações ultrapassam em densidade, inclusive um dos nós focais. Destes, destacam-se as relações diretas atreladas à Fundação Lemann (31 nós), Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (MCSV - 21 nós), ao Instituto Natura (IN - 29 nós) e ao Todos pela Educação (TPE - 23 nós).

É observável que há, dentre os 99 nós da rede, poucos que relacionam-se apenas com um dos três nós originários. É preciso esclarecer que os nós da rede que aparecem no grafo sem nenhuma outra relação não possuem em suas páginas as informações necessárias para definir seus parceiros e/ou clientes. Neste sentido, é possível que a rede seja ainda mais densa, ou seja, que haja interconexões entre estes nós e outros sujeitos presentes na Rede.

Chama atenção o *cluster* do IN, que comporta 29 nós e 168 arestas. Nele há relações recíprocas com aparelhos de origens diversas: egos ligados à mídia (Fundação Roberto Marinho e Jeduca), egos ligados ao poder público (Undime, Consed e Secretarias de Educação); instituições ligadas ao setor bancário e/ou rentista (BID, B3 Social, FIS e IU), produtoras e disseminadoras de conteúdos digitais (Nova Escola) e outras organizações do terceiro setor (muitas delas executoras de propostas advindas do próprio IN).

A Fundação Maria Cecília Souto Vidigal também vem despontando como capitaneadora de ações sobre a educação pública.

Segundo o Relatório de Atividades do ano de 2021, a Fundação executou um orçamento de mais de 28 milhões de reais. Dentre as sete ações voltadas para a educação infantil, destacam-se o curso “BNCC na Educação Infantil: Estratégias Teórico-Práticas para a Formação de Professores”, a “Implementação do Currículo de Educação Infantil Sobral (CE)” e o “Prêmio Educação Infantil boas práticas de professores durante a pandemia”.

Ao isolar apenas a sua rede social, é possível observar que é composta por 21 nós e 75 elos relacionais, contando com relações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento,

com a Associação Nova Escola, a Fundação Roberto Marinho, Ministério e Secretarias de Educação, IES e Instituições de Pesquisa, dentre outros.

A exemplo das outras organizações aqui analisadas, é quase inexistente a presença de profissionais da educação em sua equipe, sendo a maior parte ligada às áreas econômicas e da administração. Destaca-se nesta instituição o número de profissionais ligados às Relações Internacionais e Comunicação, no qual inclui-se a CEO da Fundação.

É possível notar a consolidação de uma rede completa dentro da rede principal cujas ações, mesmo em menor escala, têm o potencial de abarcar a produção de conteúdo para as redes de ensino e sua disseminação; convencimento dos profissionais da educação em torno de uma determinada metodologia e de um conceito restrito de aprendizagem; a premiação de estudantes e professores que “executam com êxito” a sua proposta; dentre outras.

Não é possível, pelas limitações que este artigo impõe, especificar as relações de maneira pormenorizada de cada um dos 410 elos relacionais encontrados na rede principal. Entretanto, ao agrupá-los compreende-se as formas como estas redes, interligadas entre si nas ações e na ideologia, atuam na educação pública brasileira.

Considerações Finais

Diante de todo o exposto, pode-se inferir que as redes sociais das três organizações vão se constituindo de forma orgânica, revelando relações de parceria e convergência de forças em torno de pautas e ações na/da educação. Os bancos – mas não apenas eles – estão dentro das escolas e dos órgãos educacionais, na construção de materiais didáticos, cursos de formação, planejamento, gestão, avaliação, agendas de políticas e discursos competentes. Recentemente, um outro braço social do Itaú ganhou espaço – Itaú Educação e Trabalho ^[5] – e surpreendentemente a proposta de novo ENEM apresentada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), veio com o selo deles, como um trabalho encomendado e com autoria, como se pode ver na Figura 1, retirada da apresentação realizada pelos conselheiros.

Figura 1: Slide de apresentação de proposta do novo ENEM pelo CNE



Fonte: arquivo dos autores

Os nós, arestas e *clusters* nos ajudam a entender como este movimento é síncrono, ou seja, há uma articulação intencional entre os diferentes atores de modo a pautar a educação, sobretudo a pública, de acordo com seus interesses empresariais. Evidentemente que há contribuições diretas dessas empresas, mas a alternativa à ausência do Estado não deve ser a privatização da agenda educacional, mas sim a reestruturação de modo a atender aqueles que necessitam de uma educação de melhor qualidade.

REFERÊNCIAS

- Adrião, T. (2018). Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem fronteiras*, 18(1), 8-28. <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>
- Ball, S. (2014). *Educação Global S.A. Novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. UEPG.
- Croso, C. & Magalhães, G. M. (2016). Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. *Educ. Soc.* 37, 17-33. <https://www.scielo.br/j/es/a/MBjSzsT8hKZvP3VN3hHFvtn/abstract/?lang=pt>
- Freitas, L. C. (2014). Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. *Educ. Soc.*, 35, 1085-1114. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014143817>
- Macedo, J. M. & Motta, V. C. (2019). Veias abertas para a privatização na educação brasileira. *Revista Trabalho, Política e Sociedade*, 4(7), 171-188.

<http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/229>

- Morgan, K., & Mocarzel, M. (2021). Formação para a conformação? Uma análise das redes da Fundação Itaú Social na implementação da BNCC. *Interfaces da Educação*, 12(35), 1039–1064. <https://doi.org/10.26514/inter.v12i35.5979>
- Oliveira, D. A., Duarte, A. & Clementino, A. M. (2017). A Nova Gestão Pública no contexto escolar e os dilemas dos(as) diretores(as). *Rev. Bras. Pol. Adm. Educ.*, 33(3), 707 – 726. <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/79303/46239>
- Shiroma, E. O., Garcia, R. M. C. & Campos, R. F. (2011). Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação. In: Mainardes, J.; Ball, S. (Orgs.). *Políticas educacionais: questões e dilemas* (pp. 174-197). Cortez.
- Souza, Q. & Quandt, C. (2008). Metodologia de análise de redes sociais (pp. 31-63). In: Duarte, F., Quandt, C. & SOUZA, Q. (Orgs.). *O tempo das redes*. Perspectiva.
- Tripodi, Z. F., & Sousa, S. Z. (2021). Do governo à governança: permeabilidade do Estado a lógicas privatizantes na educação. *Cadernos de Pesquisa*, 48(167), 228–253. <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/4800>

[1] “[...]do ponto de vista político as bases da NGP se encontram na crítica ao Estado de Bem-Estar Social, ao planejamento centralizado e ao papel indutor e promotor do bem social exercido preponderantemente pelo Estado, suas bases epistemológicas estão no Novo Institucionalismo.” (Oliveira; Duarte; Clementino, 2017, p. 710)

[2] A listagem nominal dos nós inseridos no grafo poderá ser consultada no artigo completo.

[3] É importante ressaltar, para fins de melhor compreensão, que secretarias de educação de municípios e estados, embora diversos, foram contabilizadas como um único sujeito.

[4] “A palavra “advocacy”, vinda do latim *advocare*, tem origem anglo-saxã, cujo significado era, basicamente “apoiar uma causa”. Contudo, ao elaborar um pouco mais o conceito, este seria a livre manifestação popular de entidades e instituições civis de maneira a influenciar nas decisões de formulação de políticas públicas. Em outros termos, é o instrumento pelo qual grupos, organizações e a própria sociedade civil realizam reivindicações perante o poder público de direitos indisponíveis, objetivando a formulação e implementação de políticas públicas que atendam aos anseios e às carências do povo.” Disponível em: <https://ittc.org.br/o-que-e-advocacy/>

[5] Itaú Educação e Trabalho é um braço social do Banco Itaú Unibanco, que atua em parceria com entidades civis e o poder público para apoiar e incentivar a implementação de políticas de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://www.itaueducacaoetrabalho.org.br/institucional/quem-somos>